

OUTROS

BRASIL AGRICOLA LTDA- torna publico que requereu junto à Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos- SEMAR-PI, os pedidos de Licença Prévia (LP) Licença de Instalação(LI) e Outorga de Preventiva de 01(um) poço tubular na localidade: **RAINHA DA SERRA** município de **URUÇUI – PI**. Bacia do PARNAÍBA Sub-Bacia URUÇUI PRETO com vistas a reservar 5.475 m³/ano do poço: Latitude 07°56'34,2"S e Longitude 44°22'57,6" W, para abastecimento humano e animal.

P.P. 11492



Extrato da Ata da 2ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí S.A. – PIAUÍ FOMENTO.

REALIZAÇÃO: 15 de abril de 2010, às 10 (dez) horas, no 8º andar do prédio situado na Rua Treze de Maio nº 307/N - Centro, na cidade de Teresina (PI). **ORDEM DO DIA:** Posse da Diretoria Executiva da PIAUÍ FOMENTO, para um mandato de 2 (dois) anos, assim composta: Diretor Presidente – Sérgio Roberto Genuíno de Oliveira Breuel; Diretora Administrativa e Financeira – Lucrecina Pereira da Silva e Diretor de Operações – Francisco Paula Coqueiro de Carvalho. **ENCERRAMENTO:** Empossados os Diretores e nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho deu por encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente Ata que foi registrada na Junta Comercial do Estado do Piauí em 22.04.2010, sob nº 245707, protocolo nº 10/011993-0, de 22.04.2010. Empresa 22 3 0000834 0. Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí S.A. – PIAUÍ FOMENTO. José Eduardo Pereira Filho, Secretário Geral.

Francisco José Alves da Silva
Presidente do Conselho de Administração

Extrato da Ata da Assembléia Geral de Constituição da Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí S.A. – PIAUÍ FOMENTO, realizada no dia 10 de fevereiro de 2010.

REALIZAÇÃO: 10 de fevereiro de 2010, às 9 (nove) horas, no 2º andar do prédio situado na Rua Treze de Maio nº 307/N - Centro, na cidade de Teresina (PI). **CONVOCAÇÃO:** por publicações no Diário Oficial do Estado do Piauí nos dias 28 e 29.01.2010 e 02.02.2010, e no jornal Meio Norte, edições de 28 e 29.01.2010 e 01 e 04.02.2010. **PRESENÇAS:** Procurador do Estado do Piauí e Acionistas representando 100% do capital social votante. **ABERTURA DA SESSÃO:** O Senhor Presidente declarou instalada a Assembléia e deliberou sobre as seguintes matérias: 1) Constituição da Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí; 2) Discussão e Aprovação do Projeto de

Estatuto; 3) Eleição da Diretoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal; 4) Leitura e aprovação dos recibos de depósitos de subscrição do Capital Inicial; 5) Discutir e votar o projeto de Estatuto; 6) Fixação dos Honorários dos Administradores. **DELIBERAÇÕES:** Por unanimidade de votos dos presentes, foram deliberados os seguintes assuntos: 1) constituição da Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí S.A. – PIAUÍ FOMENTO, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e sujeita a autorização do Banco Central do Brasil para funcionamento, regida pela Lei Federal nº 6.404/76 e pelas demais disposições normativas aplicáveis à espécie, e valor do Capital Social de R\$ 10.001.600,00 (dez milhões, mil e seiscentos reais), representado por 1.000.160 (um milhão, cento e sessenta) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, distribuídas entre os acionistas na proporção de 99,98% para o Estado do Piauí e 0,02% para os demais acionistas; 2) aprovação do Estatuto Social. Satisfeitas as formalidades legais, o Presidente da Assembléia declarou constituída a Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí S.A. – PIAUÍ FOMENTO; 3) foram eleitos para compor o Conselho de Administração, para um mandato de 2 (dois) anos: Adão de Castro Souza, Francisco José Alves da Silva, Linda Maria Pessoa Felinto, Sérgio Gonçalves de Miranda e Temístocles Batista de Oliveira, tendo sido eleito como Presidente do Conselho de Administração, o Sr. Francisco José Alves da Silva. Para o Conselho Fiscal foram eleitos, para um mandato de 1 (um) ano, como membros efetivos: Carla Adriana da Silva Peres; Kilmer Távora Teixeira e Evaldo Cunha Ciríaco, e como membros suplentes: Adrienne Feitosa Arruda; Francinelson Silva da Costa e Lorena Mendes de Carvalho Melo. 4) foram lidos e aprovados os recibos de depósito dos acionistas, integralizados na forma do art. 81 da Lei 6.404/64, ficando o acionista controlador de integralizar o restante do capital subscrito no valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais); 5) a matéria objeto do presente item já foi deliberada no item 2; 6) foram fixadas as remunerações mensais para os integrantes da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a Assembléia, lavrando-se a presente Ata que, depois de lida, foi assinada pelo Presidente da Assembléia Geral e pelos demais acionistas presentes. Esta Ata foi submetida ao Banco Central do Brasil, que concedeu autorização para funcionamento dessa sociedade através do Ofício DEORF/GTREC-2010/02175, de 09.04.2010; e, registrada na Junta Comercial do Estado do Piauí em 19.04.2010, sob nº 22300008340, protocolo nº 10/011990-5, de 19.04.2010. Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí S.A. – PIAUÍ FOMENTO. José Eduardo Pereira Filho, Secretário Geral.

Kildere Ronne de Carvalho Souza
Presidente da Assembléia Geral de Constituição

OF. 417



COMISSÃO DE LIQUIDAÇÃO



ESTADO DO PIAUÍ

**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO
PIAUÍ – CODIPI – EM LIQUIDAÇÃO
COMISSÃO DE LICITAÇÃO - CL
AVISO DE LEILÃO Nº. 001/2010**

A COMISSÃO DE LIQUIDAÇÃO E LICITAÇÃO DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO PIAUÍ – CODIPI – EM LIQUIDAÇÃO,

torna público, a quem possa interessar, que estará realizando no próximo dia 17/05/2010, às 10:00 hs, na Av. Joaquim Nelson, nº 1.100 – Bairro Dirceu Arcoverde, LEILÃO, cujo objeto é a venda de imóveis situados no Distrito Industrial, Zona Sul, em Teresina/PI constante do ANEXO I. A licitação, regida pela lei nº. 8.666, de 21/06/93 e suas alterações, será do tipo MAIOR LANCE. Os interessados em participar do certame poderão obter quaisquer esclarecimentos ou informações em torno do objeto do presente Leilão, junto ao Leiloeiro Oficial ÉRICO LAGES SOARES, em seu escritório na Av. Joaquim Nelson, 1.100 – Bairro Dirceu Arcoverde, Teresina/PI, pelo telefones (086) 3232-3480 e 9482-2023 ou ainda pelo site www.ericoleiloes.com.br e-mail: erico@ericoleiloes.com.br ou perante a Comissão de Licitação, no telefone (086) 3221-9399, no horário comercial.

Teresina, 16 de abril de 2010

Lucile de Souza Moura

Licitante/Interventora da CODIPI

Marileide Pedro da Silva

Presidente da Comissão de Licitação

Erico Lages Soares

Leiloeiro Público Oficial

OF. 107

AASSOC. DOS MINIE PEQ. AGRIC. DA COMUM. DE BOM JARDIM, torna público que requereu à Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMAR, a Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e **Outorga Preventiva** com vistas a reservar determinado volume outorgável da localidade **BOM JARDIM** no município de Gilbués-PI.

Empreendimento: *Captação de Água Fonte: Poço Tubular* Coordenada UTM: 8916019,58 e 458775,66

Bacia: *Rio Parnaíba e Sub-bacia: Rio Gurguéia*

Volume (m³/ano): 21,600 - Finalidade: *consumo humano*

P.P. 11485

A **Prefeitura Municipal de Canto do Buriti** torna público que requereu a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMAR, a renovação das Licenças Prévia e de Instalação para a Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário no município de Canto do Buriti – PI.

P.P. 11490



AVISO DE LICENÇA

A Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO, CNPJ/MF nº 00.352.294/0090-96, localizada no Aeroporto Internacional de Parnaíba - Prefeito Dr. João Silva Filho, Parnaíba-PI, torna público que recebeu, em 26 de março de 2010, da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMAR-PI, a Licença Ambiental, categoria Renovação de Licença de Operação, número D000503/10, processo nº 001363/10, validade até 26/03/2014.

BETHANHA FREIRE SANTOS

Gerente de Administração e Finanças

P.P. 11487

AASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE ANGELIM, TORNA PÚBLICO QUE REQUEREU JUNTO A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – SEMAR, A LICENÇA PRÉVIA E A LICENÇA DE INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO, PARA IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTO RURAL NA COMUNIDADE ANGELIM, MUNICÍPIO DE BENEDITINOS –PI. NÃO FOI DETERMINADO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL

P.P. 11488

VIVO S.A., torna público que requereu a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR, a Licença Prévia (LP) para instalação de sites de telefonia móvel, na cidade de Boa Hora, na Rua Daum Coelho, S/N, Centro. **Não foi determinado estudo de impacto ambiental.**

VIVO S.A., torna público que requereu a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR, a Licença Prévia (LP) para instalação de sites de telefonia móvel, na cidade de Nossa Senhora de Nazaré, na Rua Vicente Pereira, S/N, Centro. **Não foi determinado estudo de impacto ambiental.**

P.P. 11489

LICENÇA AMBIENTAL

A **PI4 PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A**, CNPJ 09.080.026/0001-61, torna público que requereu à SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMAR/PI as Licenças Prévia (LP) e de Instalação (LI) referente à pesquisa mineral das áreas com Processos DNPM nº 803318/2008 e 803325/2008 (Alvo Campo do Abelão) no município de Curral Novo do Piauí – PI.

P.P. 11491

Diário Oficial

Teresina - Segunda-feira, 26 de abril de 2010 • Nº 76

11

ASSOCIAÇÃO NORTE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 06.845.408/0001-40

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (em milhares de reais)

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (em milhares de reais)

ATIVO		PASSIVO + PATRIMÔNIO SOCIAL			
	31/12/09	31/12/08		31/12/09	31/12/08
Ativo Circulante	221.560,92	206.503,38	Passivo Circulante	3.340,00	4.781,99
Disponibilidades	577,19	652,95	Contas a Pagar	1.267,09	3.100,64
Bens Numerários	111,12	63,43	Fornecedores	1.151,53	2.991,25
Numerários em Caixa	111,12	63,43	Material / Equip - Atividade de Apoio	13,40	19,99
Bancos Conta Movimento	466,07	589,52	Material Didático	870,11	9,81
Bancos Oficiais	345,94	477,01	Imobilizado / Manutenção	231,36	2.945,56
Bancos Privados	120,13	112,51	Proteção por Seguros	36,66	15,89
Aplicações Financeiras	218.128,96	203.421,88	Prestadores de Serviços	98,66	86,24
Fundo de Renda Fixa	218.128,96	203.421,88	Governamental	28,92	29,36
Bancos Oficiais	53.386,51	63.731,78	Terceiros	69,74	56,88
Bancos Privados	164.742,45	139.690,10	Transporte	16,90	23,15
Contas a Receber	2.445,16	2.402,92	Próprio	5,69	20,20
Ensinio	2.472,69	1.986,55	Terceiros	11,21	2,95
Infantil	268,89	208,04	Obrigações/Trabalhistas	1.092,09	1.093,63
Fundamental	1.322,95	1.080,07	Remuneração	3,16	5,69
Médio	880,86	698,45	Salários e Rescisões	3,16	5,69
Cursos Extra Curriculares	40,13	23,82	Encargos	222,33	207,90
Atividades Esportivas e Culturais	22,93	19,13	Tributários	59,99	67,48
Cursos de Línguas	17,20	4,69	Sociais	162,35	140,42
Adiantamentos	188,05	668,86	Provisões	866,60	879,84
Colaboradores	25,08	15,75	Trabalhistas: Férias	807,28	827,87
Fornecedores	162,97	653,11	Trabalhistas: 13º Salário	50,87	44,81
Créditos a Receber/Recuperar/Compensar	148,19	133,71	Diversas	8,45	7,16
Títulos de Crédito	135,39	118,38	Obrigações Tributárias	21,59	9,48
Serviços Prestados	0,31	0,28	Retidos	21,59	9,48
Alienação	7,00	0,00	Prestadores de Serviços	21,59	9,48
Valores a Recuperar	2,13	15,05	Outras Obrigações	959,23	578,24
Créditos Previdenciários a Compensar	4,36	0,00	Transfêrências de Bancos	0,00	5,49
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	404,90	410,03	Bancos Conta Movimento Saldo Credor	0,00	5,49
Estoques	379,13	0,00	Mensalidades a Apropriar	29,02	24,42
Almoxarifado	379,13	0,00	Ensinio	29,02	24,42
Estoque de Materiais	379,13	0,00	Matrículas a Apropriar	930,22	548,33
Despesas do Exercício Seguinte	30,49	25,64	Ensinio	930,22	548,33
Assinaturas	4,40	5,26	Patrimônio Social	270.985,50	254.213,98
Periódicos	4,40	5,26	Patrimônio Social	254.213,98	210.519,50
Seguros	24,45	18,41	Patrimônio Social	254.213,98	210.519,50
Bens Móveis	24,45	18,41	Reservas	0,00	26.964,62
Manutenção	1,63	1,96	Reavaliação de Ativos	0,00	26.964,62
Bens Móveis	1,63	1,96	Superávit ou Déficit Acumulados	16.771,52	16.729,86
Ativo Não Circulante	52.764,58	52.492,59	Superávit do Exercício	16.771,52	16.729,86
Realizável a Longo Prazo	30,01	30,01			
Créditos a Recuperar	30,01	30,01			
Depósitos Judiciais	30,01	30,01			
Ativo Imobilizado	52.734,57	52.462,58			
Bens em Construção	0,00	823,29			
Atividade de Apoio	0,00	823,29			
Bens em Operação	65.645,61	62.249,21			
Atividade de Apoio	65.297,91	62.050,26			
Atividade Fim	347,70	198,95			
(-) Depreciação	12.911,04	10.699,91			
Total do Ativo	274.325,50	258.995,97	Total do Passivo + Patrimônio Social	274.325,50	258.995,97

+ Receita Operacional Bruta	27.985,93	25.116,81
Mensalidades Escolares	27.190,64	24.459,27
Cursos Extra Curriculares	523,49	338,59
Outras Receitas Operacionais	271,80	318,95
(-) Deduções da Receita Bruta	3.116,58	2.903,41
Filantropia	1.717,04	1.630,66
Descontos Comerciais	584,20	497,65
Bolsa Funcional	814,44	761,28
Devolução de Mensalidade	0,90	13,82
= Resultado Operacional Bruto	24.869,35	22.213,40
(-) Custos e Despesas e Outras Receitas Operacionais	28.853,75	27.803,64
(-) Custos e Despesas Operacionais	29.524,42	26.866,81
Custos e Despesas Operacionais	20.880,32	17.546,41
Custos com Assistência Social	4.932,54	5.757,40
Custos com Assistência a Educação	3.541,56	3.563,00
+ Outras Receitas Operacionais	865,58	566,12
(-) Outras Despesas Operacionais	394,92	1.522,95
= Resultado Operacional Antes das Despesas e Receitas Financeiras	(3.984,40)	(5.390,24)
+ Receitas e Despesas Financeiras	20.755,92	22.320,10
(-) Despesas Financeiras	31,87	27,77
+ Receitas Financeiras	20.787,79	22.347,87
= Resultado Líquido do Exercício = Superávit	16.771,52	16.729,86

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL (em milhares de reais)

		CONTAS INTEGRANTES DO GRUPO PATRIMÔNIO SOCIAL						TOTAL DO GRUPO PATRIMÔNIO SOCIAL
MUTAÇÕES OCORRIDAS		PATRIMÔNIO SOCIAL	RESULTADO DO EXERCÍCIO	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	TRANSFERÊNCIAS ENVIADAS	TRANSFERÊNCIA DE BENS DO ATIVO IMOBILIZADO	RESERVA DE REAValiação	
2008	SALDO EM 31/12/2007	188.271,88	17.015,26	0,00	0,00	0,00	32.197,39	237.484,53
	(+) Transferências Recebidas			16.520,31				16.520,31
	(-) Transferências Enviadas				(16.520,31)			(16.520,31)
	(+) Transferências de Bens Recebidos das Mantidas					4,51		4,51
	(+) Transferências de Bens Recebidos da Mantenedora					0,70		0,70
	(-) Transferências de Bens Enviados Para as Mantidas					(5,21)		(5,21)
	(-) Realização da Reserva Por Depreciação						(5.232,77)	(5.232,77)
	(+) Superávit do Exercício 2008		16.729,86					16.729,86
	(+/-) Incorporação à Conta Patrimônio Social	22.247,62	(17.015,26)	(16.520,31)	16.520,31			5.232,36
	SALDO EM 31/12/2008	210.519,50	16.729,86	0,00	0,00	0,00	26.964,62	254.213,98
2009	(+) Transferências Recebidas			21.537,72				21.537,72
	(-) Transferências Enviadas				(21.537,72)			(21.537,72)
	(+) Transferências de Bens Recebidos das Mantidas					0,73		0,73
	(+) Transferências de Bens Recebidos da Mantenedora					26,31		26,31
	(-) Transferências de Bens Enviados Para as Mantidas					(26,31)		(26,31)
	(-) Transferências de Bens Enviados para a Mantenedora					(0,73)		(0,73)
	(+) Realização da Reserva Por Depreciação						5.232,77	5.232,77
	(+) Superávit do Exercício 2009		16.771,52					16.771,52
	(+/-) Incorporação à Conta Patrimônio Social	43.694,48	(16.729,86)	(21.537,72)	21.537,72		(32.197,39)	(5.232,77)
	SALDO EM 31/12/2009	254.213,98	16.771,52	0,00	0,00	0,00	0,00	270.985,50



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO DIRETO

(em milhares de reais)

FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/09	31/12/08
Resultado Líquido do Exercício	16.771,52	16.729,86
Ajustes para conciliar o resultado líquido ao caixa gerado pelas atividades Operacionais	2.416,61	2.407,38
Depreciações, Amortizações e Exaustões	2.301,13	2.265,32
Provisão para Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa	(5,13)	141,35
Baixa de Bens do Ativo Imobilizado	122,91	1,13
Transferência de Valores para o Patrimônio Social	0,00	(0,41)
Doação Recebida de Bens do Ativo Imobilizado	(2,30)	0,00
Resultado Líquido Ajustado	19.188,13	19.137,24
Redução (Aumento) de ativos Operacionais	(421,09)	1.209,36
Clientes	(519,46)	1.649,36
Títulos a Receber	(7,02)	0,00
Adiantamentos	480,81	(430,97)
Valores a Recuperar	8,56	(2,19)
Estoque	(379,13)	0,00
Despesas do Exercício Seguinte	(4,85)	(6,83)
Aumento (Redução) de Passivos Operacionais	(1.436,51)	2.508,81
Fornecedores	(1.839,72)	2.545,08
Obrigações e Provisões Trabalhistas	(8,07)	(15,37)
Obrigações Sociais	(0,90)	17,47
Obrigações Tributárias	19,52	(2,70)
Outras Contas a Pagar	6,18	109,38
Receitas Antecipadas	386,48	(145,05)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	17.330,54	22.855,41
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Pagamentos de Aquisições do Imobilizado	(2.693,72)	(5.743,05)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimentos	(2.693,72)	(5.743,05)
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Pagamentos de Cauções e Garantias	0,00	(0,69)
Recebimento de Devoluções de Valores Transitórios	(5,49)	(32,64)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamentos	(5,49)	(33,33)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	14.631,32	17.079,03
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Saldo no Início do Exercício	204.074,82	186.995,80
Saldo no Final do Exercício	218.706,15	204.074,82
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	14.631,32	17.079,03

NOTAS EXPLICATIVAS CONSOLIDADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

Nota 1. Contexto Operacional

A Associação Norte Brasileira de Educação e Assistência Social – ANBEAS, é uma pessoa jurídica de direito privado, associação de fins não econômicos, de caráter filantrópico, assistencial e educacional. Atua como instrumento de promoção, defesa e proteção da infância, da adolescência, da juventude, de adultos e de idosos, em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Estatuto do Idoso e as demais legislações pertinentes.

Nota 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

Foram observadas as Práticas Contábeis adotadas no Brasil, a Legislação Societária Brasileira, em especial o Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e os demais Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis do Conselho Federal de Contabilidade homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam o Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis do Conselho Federal de Contabilidade, em consonância com as normas contábeis internacionais.

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de curto prazo e longo prazo, considerados relevantes, foram ajustados a valor presente conforme determina a NBC T 19.17 – Ajuste a Valor Presente aprovada pela Resolução CFC nº 1.151/09.

Os valores constantes das demonstrações foram efetuados em reais, moeda corrente nacional, no decorrer de todo o exercício.

Nota 3. Principais Práticas Contábeis

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações financeiras, destacam-se os tópicos descritos a seguir:

a) Foi atendido a todas as normas constantes da Resolução nº 877 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, de 18 de abril de 2000, que aprovou a NBC T 10.19, que visa orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado de fins não econômicos, especialmente Entidades Beneficentes de Assistência Social;

b) As receitas e despesas estão demonstradas pelo regime de competência;

c) Os direitos e obrigações estão em conformidade com seus efetivos valores, conhecidos e calculáveis em Real;

d) As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos, até a data do Balanço;

e) Os recursos oriundos de aplicações financeiras, destinam-se à aplicação em suas atividades-fins, previstas no estatuto social;

f) As transferências ocorridas entre mantenedora e mantidas não compõem o resultado do exercício;

g) Os estoques de materiais do almoxarifado estão avaliados pelo custo médio de aquisição, não superando o preço corrente de mercado;

h) A provisão para férias foi constituída mensalmente com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais, acrescidas dos respectivos encargos;

i) O imobilizado de uso, demonstrado ao custo de aquisição e outros pelo o valor de reavaliação, foi depreciado pelo método linear com base em taxas anuais que contemplam a vida útil dos bens

CLASSIFICAÇÃO	TAXA
Construções/Edificações	4% a.a
Equipamentos de Informática	10% a.a
Instalações	10% a.a
Máquinas e Equipamentos	10% a.a
Móveis e Utensílios	10% a.a
Veículos	20% a.a
Biblioteca	10% a.a
Brinquedos e Materiais Esportivos	10% a.a
Material Didático e Laboratorial	10% a.a
Licença de Uso de Software	20% a.a
j) A baixa de bens imobilizados foi efetuada também pelo custo de aquisição e a diferença entre este valor e o valor de baixa foi apropriada em conta de resultado.	

Nota 4. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para devedores duvidosos foi constituída por montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

Nota 5. Contingência Tributária

Em vista das alterações constantes da Lei 9.732/98, em vigor desde abril de 1999, foram introduzidas mudanças que visam limitar a isenção (imunidade) das Contribuições à Seguridade Social – INSS.

A entidade possui Medida Liminar que lhe assegura a situação aplicável à lei anterior. Entretanto, em se tratando de Entidade de fins filantrópicos está imune da quota patronal de previdência social, e ainda, protegida pela liminar concedida na ação direta de inconstitucionalidade nº 2028-5 de 14/7/1999.

A entidade vem calculando suas contribuições sociais usufruídas com base na Lei 8.212/91 em sua redação primitiva.

Após análise feita pela Administração e seus consultores jurídicos, o entendimento é que a exigência é inconstitucional, indevida e remota a possibilidade de perda. Portanto, embora esses valores sejam calculáveis, decidiu-se não constituir provisão para esse fim.

Nota 6. Atividades Assistenciais – Custo com Educação e Assistência Social

a) Os Custos com Assistência Social referem-se à Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e Convênios Especiais;

b) Os Custos com Educação referem-se à concessão de bolsas sociais e assistência educacional gratuita a alunos carentes;

c) Os valores de gratuidades concedidas pela entidade foram compostos por custos apurados através de controles internos e contábeis, e estão tratadas em centros de custos específicos;

d) As gratuidades concedidas pela entidade no exercício 2009, através de seus Serviços, Programas e Projetos Sociais, totalizam um montante de **R\$ 11.895,02** (onze milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, dezessete reais e oitenta e oito centavos);

e) Os valores para determinação da Receita Base da Gratuidade foram extraídos da **Demonstração do Superávit do Exercício**, do grupo "Receitas";

f) O custo da imunidade da quota patronal da previdência social usufruída pela entidade no exercício 2009 foi de **R\$ 3.526,13** (três milhões, quinhentos e vinte e seis mil, cento e trinta e dois reais e vinte e seis centavos);

g) Em atendimento ao disposto no **Inciso VI do Artigo 3º do Decreto nº 2.536/98**, no exercício 2009, a entidade concedeu, através de seus Serviços, Programas e Projetos Sociais, as seguintes gratuidades:

DEMONSTRATIVO DA GRATUIDADE CONCEDIDA EM ATENDIMENTO AO DECRETO 2.536/98	
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	27.985,93
Mensalidades Escolares	27.367,46
Juros e Multas S/Mensalidades	271,46
Taxas de Serviços Escolares	0,34
Mensalidades Cursos Extras Curriculares	346,67
DEDUÇÕES	3.116,58
Descontos	584,20
Bolsas de Estudos	2.531,48
Devolução	0,90
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	24.869,35
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	21.402,79
Rendimentos de Aplicações Financeiras	20.767,95
Rendimentos de Outros Investimentos	19,83
Aluguéis	6,44
Doações	608,57
BASE DE CÁLCULO PARA APLICAÇÃO DOS 20%	46.272,14
VALOR APLICADO EM GRATUIDADE	11.895,02
PERCENTUAL APLICADO EM GRATUIDADE	25,71 %
VALOR DA GRATUIDADE CONFORME DECRETO 2.536/98	9.254,48
VALOR APLICADO A MAIOR EM GRATUIDADE	2.640,54
CUSTO DA ISENÇÃO USUFRUÍDA	3.526,13

DEMONSTRATIVO DOS SERVIÇOS / PROGRAMAS / PROJETOS DESENVOLVIDOS	
ÁREA ASSISTENCIAL	
Proteção Social Básica	
Programa de Atenção Básica à Família	1.472,78
Serviço de Apoio à Criança e Assistência à Família	720,77
Serviço de Promoção e Integração ao Mercado de Trabalho	45,14
Serviço de Atenção à Saúde	57,61
Serviço de Atenção Básica ao Idoso	89,81
Serviço de Formação Integral ao Jovem	162,92
Proteção Social Especial	
Serviço de Proteção Especial ao Idoso	2.048,76
Serviço de Proteção Especial à Pessoa Enferma	438,22
Serviço de Proteção Especial à Criança e Adolescente	403,81
Convênios	
	1.196,60
ÁREA EDUCACIONAL	
Bolsas Sociais	1.717,04
Assistência Educacional	3.541,56
VALOR APLICADO EM GRATUIDADES	11.895,02

Nota 7. Informações Por Segmento

De acordo com o Procedimento Técnico CPC 22 – Informações por Segmento, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis do Conselho Federal de Contabilidade, estamos apresentando quadro com as referidas informações, adaptadas a realidade de nossas operações.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	EDUCAÇÃO	ASSISTÊNCIA SOCIAL	OUTROS	TOTAL
Ativos	32.332,86	10.611,55	231.331,09	274.275,50
Passivos	2.944,25	275,66	120,09	3.340,00
Patrimônio Social	26.077,73	14.651,95	213.484,30	254.213,98
Receita Operacional Líquida	24.869,35	0,00	0,00	24.869,35
Custos, despesas e outras receitas operacionais	(21.524,04)	(4.258,21)	(3.058,20)	(28.840,45)
Despesas e receitas financeiras	(34,43)	(7,85)	20.784,90	20.742,62
Resultado Líquido do Exercício	3.310,88	(4.266,06)	17.726,70	16.771,52

Nota 8. Destinação do Resultado do Exercício

O superávit da entidade será destinado à aplicação em suas finalidades institucionais, em conformidade com seu Estatuto Social, e será incorporado ao Patrimônio Social, após aprovação da Assembleia Geral das Associadas.

Teresina, 31 de dezembro de 2009.

Maria do Amparo Mesquita Machado
Diretora Presidente
CPF 687.580.143-49

Joana Dark Santos Pereira
Diretora Tesoureira
CPF 066.480.703-82

Antonia Maria do Nascimento
Contadora
CRC/PI 003849/O-1

Mega

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs.
Associados e Diretores da
ASSOCIAÇÃO NORTE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Teresina – PI.

- Examinamos o balanço patrimonial da ASSOCIAÇÃO NORTE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, levantado em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- Exceto pelo mencionado no parágrafo "3" nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria, aplicáveis no Brasil, e compreendemos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da empresa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da empresa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- Não foi realizado o procedimento de confirmação externa de saldos. A confirmação dos saldos foram avaliadas em procedimentos alternativos de auditoria.
- Não foi constituída no exercício a provisão para contingências em processos judiciais tributários, cíveis e trabalhistas.
- Os valores do imobilizado não contemplam o ajuste ao custo atribuído pelo valor justo, bem como não foi reavaliada a vida útil dos bens para fins de ajuste nas taxas de depreciação dos itens do imobilizado conforme determina a NBC T 19.1 – Imobilizado aprovada pela Resolução CFC nº 1.177/09.

- Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis ajustes que podem resultar das limitações e comentários descritos nos parágrafos "3" e "5" e, aos efeitos que deles poderão advir, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo "1" representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da ASSOCIAÇÃO NORTE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- Conforme mencionado na nota explicativa "2", as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e convergidas aos padrões internacionais, sendo observada as normas divulgadas nos Pronunciamentos, Orientações, Interpretações Técnicas e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade em especial o Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis do Conselho Federal de Contabilidade, e os atos homologados pelos órgãos reguladores.
- Conforme mencionado na Nota Explicativa "5" a entidade mantém critérios próprios de avaliação social para a concessão e manutenção das gratuidades e sua valorização, os quais amparados por medidas judiciais cautelares.
- A efetividade na isenção das contribuições previdenciárias, gozadas pela entidade está sujeita a manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social perante o Conselho Nacional de Assistência Social. Conforme mencionado na Nota Explicativa "6" a entidade aplicou em gratuidades valor superior a 20% de suas receitas atendendo as exigências do CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social para manutenção do referido título.
- As demonstrações contábeis do exercício anterior findo em 31 de dezembro de 2008, foram auditadas por outros auditores independentes, com parecer emitido em 28 de Março de 2009, com ressalvas.

Teresina, 12 de Fevereiro de 2010.

MEGA AUDITORES ASSOCIADOS SS
CRC-PR 005722/O-1 S PI

JACÓB JOSÉ MASCIO JUNIOR
CONTADOR CRC-PR 033208/O-1 S PI

ATA DA 7ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E FISCAIS (CAEF) REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2010.

Aos 30 (trinta) dias do mês de março de 2010, às 15h, reuniram-se os membros do CONSELHO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E FISCAIS (C.A.E.F.) DA ASSOCIAÇÃO NORTE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL – ANBEAS, à Rua Ir. Angélica Amant, nº 4 00, bairro Memorare, em Teresina, Estado do Piauí, por convocação e sob a presidência da NEIDE GOMES LOBATO, Presidente, para analisar o BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS do exercício de 2009, enviados pela Diretoria, com as respectivas Notas Explicativas e o Parecer da Auditoria Independente, de acordo com o contido no Art. 55 do Estatuto da Entidade. Aberta a reunião, a Sra. Presidente distribuiu a todos os membros deste Conselho, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Social, a Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos, as Notas Explicativas e o Parecer favorável da Auditoria Independente todos os documentos referentes ao exercício de 2009. Após terem analisado todos os documentos apresentados e tendo em vista que durante o ano de 2009 as Conselheiras puderam ter acesso aos documentos que deram origem ao Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis, o CONSELHO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E FISCAIS (C.A.E.F.) é de PARECER que os mesmos refletem a realidade econômica e financeira da Entidade e que podem ser aprovados pela próxima Assembleia Geral da ASSOCIAÇÃO NORTE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL – ANBEAS, bem como se manifestou favorável à incorporação do superávit do Exercício apurado à Conta Contábil PATRIMÔNIO SOCIAL, consoante à resolução nº 77/2000 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC-T-10.19. Nada mais havendo a tratar ou a discutir, eu MARIA ANTONIA DE LIMA, Secretária deste Conselho, lavrei a presente Ata, que lida e achada conforme, foi aprovada e vai assinada por todas as Conselheiras. Teresina - Piauí, 30 de março de 2010.

Maria Antonia de Lima
Secretária
CPF – 33 363 533 34

Neide Gomes Lobato
Presidente
CPF – 054 101 774

Jacira Cunha de Souza
Conselheira
CPF 066 497 1 3 000

P.P. 11486

**CONSTRUTORA SUCESSO S.A. - CNPJ: 09.588.906/0001-43**
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores Acionistas, as Demonstrações contábeis da sociedade, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009

A ADMINISTRAÇÃO				
CONSTRUTORA SUCESSO S.A				
CNPJ / MF 09.588.906/0001-43				
Balanco Patrimonial levantado em 31/12/2009 e 31/12/2008 (Expresso em R\$)				
	31/12/2009	31/12/2008		31/12/2009
ATIVO			PASSIVO	
CIRCULANTE	71.238.859	46.297.384	CIRCULANTE	36.875.254
Bancos e Bancos	26.721.696	9.546.302	Fornecedores	8.369.243
Aplicações Financeiras	159.614	19.913	Adiantamentos de Clientes	572.552
Depósito Judicial	345.872	-	Financiamentos	20.592.480
Clientes	37.199.948	30.704.888	Obrigações Sociais	2.965.219
Adiantamentos Concedidos	4.465.016	1.914.519	Obrigações Tributárias	3.644.540
Impostos a Recuperar	1.135.086	2.651.688	Contas a Pagar	531.118
Imóveis a Comercializar	81.890	14.544		609.109
Outras Contas a Receber	1.129.199	841.360		
NÃO CIRCULANTE	58.482.987	35.116.095	NÃO CIRCULANTE	26.229.266
Realizável a Longo Prazo	8.602.183	8.088.849	Exigível a Longo Prazo	20.953.141
Vendas de Imóveis	3.110.347	6.922.084	Coligadas	1.000.000
Depósitos Compulsórios	365	365	Financiamentos	19.953.141
Depósito P/Reinvestimento	166.400	166.400		8.451.427
Compartilhadas Coligadas	5.325.071	1.000.000		
Investimentos	343.223	309.223	Resultados Diferidos	5.276.125
Imobilizado	49.537.581	26.724.023	Receita Diferida	23.796.389
			(-) Custos Diferidos	(18.480.264)
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	66.617.326
			Capital Social	41.347.617
			Reserva para Reinvestimento	166.400
			Reserva Legal	1.444.560
			Reserva de Lucros a Realizar	21.441.012
			Reserva para Aumento de Capital	2.217.737
TOTAL DO ATIVO	129.721.846	81.413.489	TOTAL DO PASSIVO	129.721.846

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Resultados dos Exercícios Findos em 31/12/2009 e 31/12/2008		(Expressa em Reais)	
	31/12/2009	31/12/2008	
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	248.898.012	126.177.884	
(a) Deduções	(14.308.488)	(6.619.704)	
(-) Impostos Faturados	(14.308.488)	(5.302.415)	
(-) Vendas Canceladas	-	(3.317.289)	
RECEITA LÍQUIDA	234.589.524	119.558.180	
(i) Custo de Atividades Operacionais	(181.714.142)	(95.473.119)	
LUCRO BRUTO	52.875.382	21.085.061	
DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS	23.705.618	17.346.424	
Administrativas	16.193.355	2.499.858	
Financeiras	3.518.711	(194.638)	
(-) Receitas Financeiras	(1.255.438)	(194.638)	
Depreciações	3.441.876	2.499.858	
Tributárias	2.466.114	1.329.580	
(-) Outras Receitas	(659.000)	(120.500)	
LUCRO OPERACIONAL	29.169.764	3.736.637	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	29.169.764	3.736.637	
(i) PROVISÃO P/CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(1.829.180)	(337.016)	
(-) PROVISÃO P/IMPOSTO DE RENDA	(4.976.021)	(979.446)	
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	22.364.563	2.420.175	
Lucro Por Ação	238,86	25,85	

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31/12/2009 e 31/12/2008		(Expressa em Reais)	
	31/12/2009	31/12/2008	
Capital Social	41.347.617	41.347.617	
Saldo, 31 de dezembro de 2007	38.182.350	38.182.350	
Lucros Reinvestidos	2.866.101	-	
Ajuste do Exercício Anterior	-	-	
Lucro Líquido do Exercício	-	-	
Reserva Legal	-	121.009	
Saldo, 31 de dezembro de 2008	39.048.451	39.048.451	
Lucros Reinvestidos	2.299.165	-	
Ajuste do Exercício Anterior	-	-	
Lucro Líquido do Exercício	-	-	
Reserva Legal	-	1.118.228	
Reservas de Lucros a Realizar	-	21.441.012	
Saldo, 31 de dezembro de 2009	41.347.617	41.347.617	

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração do Valor Adicionado dos Exercícios Findos em 31/12/2009 e 31/12/2008		(Expressa em Reais)	
	31/12/2009	31/12/2008	
RECEITA DA VENDA DE PRODUTOS E SERVIÇOS	248.898.012	126.177.884	
(a) Ganho na venda do Imobilizado	659.000	199.036	
(i) Custo de Atividades Operacionais	(14.308.488)	(6.619.704)	
(-) Despesas Operacionais	(14.308.488)	(10.591.264)	
(-) Depreciações e Amortizações	(3.441.876)	(1.059.903)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	93.237.894	42.637.748	
(i) Receitas Financeiras	1.255.438	194.638	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	94.493.332	42.832.386	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	94.493.332	42.832.386	
Empregados	32.722.862	23.153.946	
Governo	29.584.477	12.663.210	
Juros e aluguéis	9.801.210	4.595.055	
Juros retidos	22.364.563	2.420.175	

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Valores Expressos em R\$ 1,00)

1- CONSTITUIÇÃO E OBJETIVO

A companhia foi constituída em 22 de fevereiro de 1980, tendo como objetivo social a construção de obras em geral, tanto no âmbito privado como no público; a elaboração de projetos necessários para a realização de obras, instalações, mineração, geração de energia e gerenciamento ambiental; consultoria; exploração da atividade de mineração; exploração da atividade imobiliária; desenvolvimento e manutenção de software, bem como a participação como instituidora de sociedades de direito privado, de caráter social, essencial, cultural e educacional sem fins lucrativos.

2- PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

A Administração da companhia observou, para a apresentação dos demonstrativos contábeis, relativos aos exercícios sociais de 2009 e 2008, o que determinam as Leis Federais nº 6.404/76, nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Foram elaborados com base nas diretrizes e práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, associadas às normas da legislação tributária, uma vez que a sociedade faz parte da consolidação de balanço do Grupo Claudio.

Os dados dos demonstrativos contábeis referentes ao exercício social, para fins de comparação, foram efetuados certas reclassificações.

Os ativos e passivos circulates e não circulates, para fins de comparação, foram efetuados certas reclassificações.

Os ativos realizáveis e passivos exigíveis, que serão realizados no curso do exercício seguinte, estão demonstrados como circulates, incluídos os rendimentos, encargos, variações monetárias e índices oficiais.

Incidentes, quando aplicável, sobre ativos e passivos circulates e não circulates. Deve ser salientado, a empresa não possui estoques de materiais para uso em obras ou consumo próprio.

b) APURAÇÃO DO RESULTADO

Desde o início de suas operações, o resultado do exercício é apurado pelo regime de competência. Inclui os rendimentos e encargos incidentes sobre ativos e passivos circulates e não circulates, quando aplicável.

c) IMOBILIZADO

Demonstrado pelo custo e depreciado, a partir da data de operacionalização dos seus serviços, pelo método linear e com taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela legislação tributária. Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em período anual ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seus valores.

	2009	2008
Terranos	2.508.048	2.406.659
Imóveis	292.854	292.854
Edificações	444.262	441.213
Máquinas e Equipamentos	61.118.861	36.083.963
Veículos	14.560.795	14.167.906
Ferramentas Diversas	1.530.347	1.208.241
Móveis e Utensílios	1.274.258	1.024.402
Computação	1.036.984	885.858
Leasing	4.579.097	4.579.097
	87.345.627	81.098.927
(-) Depreciação	(37.808.046)	(34.366.170)
	49.537.581	46.732.757

d) PROVISÕES PARA IMPOSTO DE RENDA E OUTRAS

A provisão para o imposto de renda foi constituída com base na legislação em vigor. Além da provisão para o IR, foram efetuadas, obedecendo ao que estabelece a legislação vigente, as provisões para fazer face a eventos futuros: Férias e encargos sociais.

e) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Constituída com base na legislação em vigor, não dedutível para fins de imposto de renda, a saber:

	2009	2008
Férias/Encargos	1.829.180	1.339.278
Imposto de Renda	4.976.021	979.446
	1.829.180	337.016

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

f) COMPANHIAS E COLIGADAS

Os empréstimos obtidos estão classificados no Passivo Não Circulate. São regidos por cláusulas contratuais, a partir do início do efetivo recebimento pela companhia HALLEY Gráfica e Editora S/A. Valor em 31/12/2009 = R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Os créditos concedidos estão classificados no Ativo Não Circulate, às coligadas: SOCMOL Indústria de Colchões e Móveis Ltda., R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e Guadalajara S.A. - Indústria de Roupas, R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), estão regulados por contratos de mútuo, estabelecendo, entre outras exigências, encargos financeiros.

g) OBRIGAÇÕES LEGAIS

As obrigações legais, fiscais e previdenciárias são contabilizadas em conformidade com os critérios definidos na Norma e Procedimentos de Contabilidade - NPC nº 22.

h) IMPOSTOS A RECUPERAR

	2009	2008
COFINS e PIS	576.625	446.122
Contribuição Social	384.413	1.558.338
IRPJ e IRRF	172.047	647.228
	1.135.086	2.651.688

3- FINANCIAMENTOS

Os financiamentos obtidos pela empresa, de curto e de longo prazos, estão representados por contratos de financiamentos, com taxas conforme quadro abaixo:

3.1 - Financiamento a curto prazo

Modalidade	Finalidade	Instituição Financeira	Encargos	Valor
MODERNIAQ	INVESTIMENTO	BANCO DO BRASIL S/A	FIXA	930.348
MODERNIAQ	INVESTIMENTO	BANCO DO BRASIL S/A	1,00% a.m	2.456.569
MODERNIAQ	INVESTIMENTO	BANCO DO BRASIL S/A	0,15% a.m + CDI	750.231
MODERNIAQ	INVESTIMENTO	BANCO DO NORDESTE S/A	1,14% a.m	11.838.769
MODERNIAQ	INVESTIMENTO	BANCO DO NORDESTE S/A	0,70% a.m	959.750
MODERNIAQ	INVESTIMENTO	BANCO SANTANDER S/A	UTVJLP	608.428
MODERNIAQ	INVESTIMENTO	CATERPILLAR FINANCIAL S/A	1,20% a.a	3.050.359
TOTAL				20.992.480

3.2 - Financiamento a longo prazo

Modalidade	Finalidade	Instituição Financeira	Valor
MODERNIAQ	INVESTIMENTO	BANCO DO BRASIL S/A	1.908.352
MODERNIAQ	INVESTIMENTO	BANCO DO BRASIL S/A	2.651.139
MODERNIAQ	INVESTIMENTO	CATERPILLAR FINANCIAL S/A	12.048.333
MODERNIAQ	INVESTIMENTO	BANCO DO NORDESTE S/A	1.108.033
MODERNIAQ	INVESTIMENTO	BANCO SANTANDER S/A	2.236.283
TOTAL			19.953.141

4-PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social, em 31.12.2009, era de R\$ 41.347.617,00 (quarenta e um milhões, trezentos e quarenta e sete mil, seiscientos e deessete reais)

representado por ações ordinárias, sem valor nominal, de uma única espécie de classe, a saber:

CAPITAL SOCIAL - COMPOSIÇÃO						
2009		2008				
QUANTIDADE AUTORIZADA	VALOR EM R\$ 1,00	QUANTIDADE AUTORIZADA	VALOR EM R\$ 1,00			
SUBSCRITO	INTEGRALIZADO	SUBSCRITO	INTEGRALIZADO			
ORDINÁRIAS	220.815	93.832	41.347.617	220.815	93.832	39.946.491

b) Dividendos

Conforme proposta do Conselho de Administração, não foram declarados dividendos no ano de 2008. Transferidos para Lucros a Realizar e incorporados ao valor do Capital Social.

c) Lucro Líquido por Ação: 238,86

Cálculo em função da quantidade de ações do capital social ao final do exercício.

5 - RISCOS

Os principais fatores de riscos, aos quais a sociedade está exposta, refletem aspectos operacionais e econômico-financeiros. Estes riscos são administrados através de políticas de controle, estratégias específicas (operacionais) tais como: comportamento de demanda, inovação tecnológica, que são plenamente compatíveis com o modelo de gestão da sociedade. Os riscos econômico-financeiros (inadimplência de clientes, taxa de juros, etc.) são tratados por normas específicas de aceitação de clientes e análise de crédito.

6 - RESULTADOS DIFERIDOS

As receitas são provenientes de comercialização de unidades habitacionais para entrega futura. Quanto aos custos, são representativos das unidades habitacionais comercializadas para entrega futura.

7 - FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa, foi elaborada em conformidade com a legislação em vigor.

8 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A sociedade elaborou, apesar de não ser exigido, o demonstrativo contábil para o ano de 2009. Foram observadas as normas da legislação vigente.

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE

CONSTRUTORA SUCESSO S.A.

Teresina-Pi

1- Examinamos os balanços patrimoniais da sociedade CONSTRUTORA SUCESSO S.A. CNPJ 09.588.96/0001-43 em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos Fluxos de Caixa e do valor agregado, correspondentes aos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2- Nosso exame foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendemos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da sociedade;(b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da sociedade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3- Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da sociedade CONSTRUTORA SUCESSO S.A. em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes aos exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Francisco Steiner Gomes Mesquita

Contador CRC-PI 1025

CVM - AD nº 89/80

CPC 011.016.093-20

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOÃO CLAUDIO FERNANDES: Presidente

JOÃO MARCELLO DE MACEDO CLAUDINO: 1º Vice Presidente

JOÃO BOSCO DE GALIZA: 2º Vice Presidente

DIRETORIA

JOÃO CLAUDIO FERNANDES : Diretor Presidente

JOÃO CLAUDIO FERNANDES JUNIOR: Diretor Vice Presidente

PIO GERMANO DA SILVA: Diretor Técnico

DOMINGOS SÁVIO DE GALIZA: Diretor Técnico

ALAYDE CHRISTINE DE MACEDO CLAUDINO DANTAS: Diretora Financeira

CLAUDIA MARIA DE MACEDO CLAUDINO: Diretora Secretária

CONTADOR

HERNANDES PEREIRA DA SILVA

CRC - PI 002544-O-4

CPC: 131.715.503-34

TERESINA, 05 de abril de 2010

Francisco Steiner Gomes Mesquita

Contador CRC-PI 1025

CVM - AD nº 89/80

CPC 011.016.093-20

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOÃO CLAUDIO FERNANDES: Presidente

JOÃO MARCELLO DE MACEDO CLAUDINO: 1º Vice Presidente

JOÃO BOSCO DE GALIZA: 2º Vice Presidente

DIRETORIA

JOÃO CLAUDIO FERNANDES : Diretor Presidente

JOÃO CLAUDIO FERNANDES JUNIOR: Diretor Vice Presidente

PIO GERMANO DA SILVA: Diretor Técnico

DOMINGOS SÁVIO DE GALIZA: Diretor Técnico

ALAYDE CHRISTINE DE MACEDO CLAUDINO DANTAS: Diretora Financeira

CLAUDIA MARIA DE MACEDO CLAUDINO: Diretora Secretária

CONTADOR

HERNANDES PEREIRA DA SILVA

CRC - PI 002544-O-4

CPC: 131.715.503-34